

(Des) Venturas Lusitanas às Margens do Ocidente Ou a partilha simbólica do mundo

JOÃO GILBERTO S. CARVALHO

VERONICA DE JESUS GOMES

Resumo:

O artigo discute a inserção lusitana na partilha simbólica do mundo realizada ao tempo da modernidade. A base para a análise são textos clássicos que nos permitem discernir o complexo processo de engenharia simbólica produtor de alteridades no Ocidente. A utilização do conceito de representação em sua versão historiográfica – Chartier (1990) – e psicossociológica – Moscovici (2003) – nos permitiu expressar o fenômeno da modernidade em fatos históricos e não apenas nas habituais digressões teóricas. A pesquisa teve como foco o estabelecimento da Casa de Avis e a Tomada de Ceuta para desconstruir as simplificações habituais com que tais fenômenos são tratados habitualmente. Foi possível concluir que grande parte das questões e problemas identitários brasileiros estão ancorados na complexa engenharia simbólica moderna, ainda que não haja consenso quanto ao significado de moderno ou modernidade.

Palavras-chave: modernidade, história lusitana e brasileira, alteridade.

INTRODUÇÃO

A consulta ao *Google* a “piadas de português” apresentou 976.000 páginas de resultado¹. No Brasil, desde cedo nos acostumamos a ouvir esbrachos sobre a “burrice” lusitana. Em programas humorísticos ou nas rodas de amigos que gostam de piada, o mote para a gargalhada é a estupidez levada ao extremo. A figura rechonchuda e de enormes bigodes, caricatura depreciativa daquele que colonizou o nosso país, é apenas um indício de um relacionamento extremamente complexo e pouco estudado. Eventualmente a indignação cresce por conta de manchetes de jornal no estilo “dentistas brasileiros são maltratados em Portugal”.

Em diferentes momentos da história brasileira os portugueses foram desvalorizados e a eles foram atribuídos diversos estereótipos, como os que os nomeiam de “brancos” e “analfabetos”, além de, muitas vezes, terem sido considerados desleais nos pesos e nas medidas, questões que se acentuaram especialmente em momentos de crise social no Brasil. Contudo, se o século XIX e a primeira metade do XX foram marcados pela imigração lusa, atualmente o contexto se inverte, já que são muitos os brasileiros que seguem em direção a Portugal e os portugueses, que para cá se encaminham, possuem importante qualificação, passando a ocupar postos de destaque em empresas multinacionais (Oliveira, 2002, p. 33).

No Brasil oitocentista, quando o país buscava firmar-se como nação independente, as fronteiras eram ainda muito tênues com Portugal, configurando um quadro em que, como bem assinalou Oliveira (ibid., p. 27), baseada nos estudos de Gladys Sabina Ribeiro, a transformação de portugueses de Portugal em apenas portugueses e de portugueses do Brasil em brasileiros foi um longo processo. Tal momento foi marcado por conflitos nas relações entre ambos e uma série de embates ocorreu.

As discórdias se estenderam por todo o período oitocentista e início do século XX, quando diversas notícias veiculadas pela imprensa brasileira registraram uma intensa depreciação dos portugueses, muitas vezes chamados de “marinheiros” ou “galegos”, cujo monopólio do comércio retalhista causava indignação. No Rio de Janeiro, o conde de Tomar, numa carta endereçada ao duque da Terceira, em 1859, sublinhava “o grande ciúme e grandes preconceitos contra tudo que é português” (Silva, 1992, XVIII). Desse modo, os portugueses acabavam convertidos em verdadeiros bodes expiatórios, sendo responsabilizados pelo aumento dos preços dos aluguéis dos cortiços ou pela suposta deslealdade nos pesos e nas medidas. O antilusitanismo adquiriu diferentes contornos, como o expresso nas alegorias carnavalescas que, em 1923, ridicularizavam os portugueses. O *Jornal Português*, de 17 de fevereiro daquele ano, ressaltou a presença de um enorme tamanco “figurando o avião onde os ases lusitanos fizeram a sua monumental travessia”, acompanhado por canções que escarneciam os portugueses.

Não estudamos no ensino básico a Península Ibérica, senão de forma pincelada e restrita ao “Descobrimento”. Parece mais razoável enfatizar as grandes monarquias da Itália, França e Inglaterra, verdadeiras gestoras dos processos que nos deram origem e tanto nos regozijam nos filmes de cinema. E mesmo no tempo em que a historiografia gravitava majoritariamente em torno de um sentido exterior à colonização, o papel português era considerado secundário. Já o senso comum do brasileiro atribui à colonização grande parte dos nossos problemas, por conta da qualidade “inferior” do colonizador que aqui se estabeleceu.

Frequentemente as expressões “colônia de povoamento” e “colônia de exploração” são utilizadas por muitos formadores de opinião, como jornalistas e economistas, além de membros da Academia, que buscam explicar os diferentes rumos de desenvolvimento atingidos pelos países latino-americanos através das características da colonização. Com efeito, quase sempre, há a comparação com os Estados Unidos, que se transformaram numa potência econômica devido a sua “colonização de povoamento”. Enquanto o Brasil e os demais países da América Latina seriam “atrasados” por causa de seu passado colonial, calcado numa “colonização de exploração”. Desse modo, como bem sublinha Junqueira, essa interpretação vê que a colonização em si não seria o principal fator do nosso “atraso, subdesenvolvimento e dependência”, mas sim suas características. Tanto os EUA quanto a América Latina foram colonizados, mas a “exploração” nos levou a ocupar uma posição periférica no mundo, enquanto os norte-americanos seguiram caminho distinto, despontando, no século XX, como uma grande potência econômica e militarⁱⁱ.

Voltando ao passado brasileiro. A República Velha rompeu os laços com um passado monárquico que continuamos a apagar, como nos mostrou recentemente Demétrio Magnoli, ao comentar o significado do deslocamento do treze de maio para o vinte de novembroⁱⁱⁱ. O Brasil monárquico, que era branco, como propunha a historiografia conservadora, que vai de Varnhagen a Oliveira Vianna, tornou-se republicano e mestiço. As mudanças de datas e currículos escolares podem ser um bom exemplo de tentativa de manipulação da História (Laville, 1999) ou, de forma mais profunda, a expressão de mudanças no imaginário nacional a partir de suas elites, associadas ou não a contextos mais amplos.

Os pensadores estão envolvidos num intenso diálogo com o seu tempo e não há polêmica quanto a isso na atualidade. A neutralidade científica não é mais tema de debates acirrados, apenas integra capítulos de história da ciência, principalmente em se tratando de ciência humana, na qual as posturas e interesses são mais transparentes. A “dupla hermenêutica” indica não só o envolvimento inexorável daquele que produz conhecimento como o transforma em objeto de estudo e interpretação (Domingues, 2003). Então, ao nos referirmos a uma relação complexa com um passado colonial que deixou cicatrizes incômodas e profundas, temos em mente que o historiador, o sociólogo, enfim, todos aqueles que compartilham de um imaginário construído sobre o passado, teorizam como seus participantes. Há um repertório comum que se impõe no cotidiano: as representações sociais, um conjunto de saberes utilizados para entender quem somos e o mundo de que fazemos parte. No caso que interessa a nossa pesquisa, trata-se de um amálgama de crenças e valores que formam a identidade nacional, o ser brasileiro – se é que tal unidade existe, este fio condutor de tantas diferenças num país de dimensões continentais^{iv}.

Ao longo da História, a busca de soluções a problemas, ou simplesmente a vontade de entender o mundo, se realiza a partir de um imaginário social (Castoriadis, 1982), perspectiva que vai muito além da mera coleta de verdades que se encontram em “estado bruto”. Há os visionários, os excêntricos de todo tipo, aqueles que parecem deslocados da sociedade, mas só o tempo deles se incumbe, quando novas demandas tornam sua obra inteligível. De tudo isso, afirma-se o nexos entre os cientistas e a sociedade, ou mais precisamente, o senso comum. A propósito, Moscovici demonstrou como nas sociedades modernas o pensamento científico se transforma em senso comum ao ser *apropriado* pelas camadas populares. O desdobramento de seu trabalho também evidenciou como tais representações *circulam* entre os diversos segmentos da sociedade (Moscovici, 2003; Chartier, 1990).

As reflexões que realizaremos a seguir procuram associar as depreciações a Portugal ao processo de instituição da modernidade: a consolidação da identidade ocidental negligenciou a complexidade da história portuguesa. Não se trata, contudo, de trilhar o caminho da exaltação, que transformaria em linguagem acadêmica os versos de Camões, perspectiva já trilhada pela historiografia nacionalista lusitana. Curiosamente a mesma exaltação observada no trabalho de Luiz Fernando Pinto, editado pela *Fundação Getúlio Vargas*, do Rio de Janeiro (Pinto, 2000), que se propõe a destacar o caráter estratégico da Escola de Sagres – provavelmente outro mito do nacionalismo português^v. Não obstante, destacamos o “caráter estratégico” derivado da cultura política portuguesa, forjada ao longo de graves crises e ameaças ao reino. Portugal preservou-se como nação, ao mesmo tempo em que criou/geriu um sistema imperial de fundamental importância à expansão da ocidentalidade. Os autores portugueses, que têm como demonstrar tal pressuposto, sem incorrer em excessos patrióticos ou “salazaristas”, e o fazem sistematicamente – constituem-se parte e base de nossa argumentação.

Contudo, tais informações ainda não chegaram ao Brasil a ponto de serem incorporadas ao imaginário social e se traduzirem em mudanças curriculares expressivas nas escolas. O fascínio que nos mantém unidos ao mundo anglo-francês permanece, expresso em livros, currículos, filmes, práticas e costumes. Nossa relação com o passado colonial é traumática^{vi}.

Além da relação conflituosa que temos com nossa colonização e a concepção de que herdamos o “retardamento” luso, também é complexo o contexto que envolve os jesuítas, a Ilustração portuguesa e o Marquês de Pombal. É praxe a literatura antijesuítica culpabilizar os inicianos pela “marginalização” e “obscurantismo” portugueses perante outras nações europeias, o que fica patente nas obras do citado Marquês de Pombal, de

Antero de Quental e de Miguel Bombarda, cujas explicações para a “ignorância” lusa também creditaram à Inquisição.

A tradição nos ensinou (e ensina) que os portugueses se lançaram ao mar por terem obtido êxito em centralizar o poder nas mãos do rei (absolutismo). Nessa perspectiva, a tomada de Ceuta, em 1415, foi o primeiro passo de uma caminhada em direção às riquezas do Oriente. Espanhóis, holandeses, franceses e ingleses, ao resolverem seus problemas internos, fizeram o mesmo percurso. O esquema é esse: a centralização administrativa garante a empreitada marinha, tendo como base as justificativas religiosas e as necessidades de natureza comercial e demográfica. Vamos dar complexidade a este arranjo, tão simples e funcional.

1. FAÇANHAS OU PATRANHAS?

A depreciação dos portugueses não existe apenas nas ruas, nas piadas e nos personagens cômicos. A historiografia brasileira considerou caótico o modelo de Estado aqui implantado, atribuindo, de forma erudita, a responsabilidade aos lusitanos pelas mazelas brasileiras. Assim caracteriza Caio Prado (1970, p. 51), em obra clássica:

No que diz respeito à administração local, a centralização e reforçamento do poder real é sensível. Os antigos donatários das capitanias serão cada vez mais subordinados a governadores nomeados pelo Rei. Já em 1584, diante do **fracasso** da maior parte dos donatários, criara-se um governo geral que embora respeitando os direitos daqueles senhores feudais das capitanias, exercerá sobre eles uma supervisão geral [...] Ainda mais importante que esse aspecto da evolução centralizadora da política e administração metropolitanas relativas ao Brasil, é a **decadência** das autoridades locais^{vii}.

A desvalorização do modelo lusitano de administração está ligada à perspectiva teórica, que apontou as “insuficiências” das monarquias ibéricas em atingir o absolutismo. Por serem tipos “atrasados” de sociedade não teriam conseguido se desvencilhar dos empecilhos da tradição em sua “passagem” ao capitalismo. Envolvidos num catolicismo fervoroso e práticas de natureza feudal, calcados em disputas por prestígio e matrimônios calculados, não teriam atingido uma centralização efetiva do poder que lhes permitissem adotar medidas “racionais” de administração e finanças. Exemplos de monarquias compostas (Elliot, 2002, pp. 65-91) constantemente envolvidas em disputas cavaleirescas e argumentações barrocas, típicas de uma burocracia pouco eficiente e mesmo parasitária.

Entretanto, a utilização do toponímico se mostra enganosa. A Ibéria era um mosaico por volta dos Quatrocentos, dividida entre reinos litigantes e um enclave muçulmano (Granada) criado pela invasão árabe do século VIII^{viii}. Castela era o reino mais poderoso e, em 1469, ano da união entre Isabel e Fernando, dispunha de uma população estimada entre 5 e 7 milhões de habitantes (Anderson, 2004, p.61) e uma sólida base comercial e têxtil. A retomada de Granada e as descobertas de Colombo, ambas em 1492, consolidam o poderio hispânico. O fluxo de riquezas das colônias americanas possibilitou aos espanhóis os recursos necessários à formação de um exército de mercenários, bem como o de uma esquadra, que transformou, no tempo dos Habsburgos, a Espanha num império imenso e descontinuo.

Do Alasca às Ilhas Marianas e Carolinas, na Oceania, os espanhóis estiveram presentes em todos os continentes. O crescimento dos territórios conquistados ruiu sua economia interna, mas incrementou o processo de acumulação de riquezas. Por um lado, o princípio *aeque principaliter*^{ix} praticamente garantia liberdade aos reinos “agregados”; por

outro, a prata de Potosi financiava o luxo da corte e as aventuras militares. Os espanhóis desabariam ao peso do seu próprio gigantismo ou do limite possível de sua monarquia composta, constantemente abalada pela dispersão da autoridade central. A diferença notória de recursos entre os dois reinos, Portugal e Espanha, implicou em estratégias distintas de administração das conquistas. Mas enquanto a monarquia hispânica recebe destaque por conta de seu poderio e dimensões incontestáveis até o século XVII, o papel lusitano tem sido pouco estudado e mesmo subestimado.

A controvérsia sobre o papel do Estado no limiar da modernidade é apenas uma das tantas que cercam o período. Estado feudal ou burguês^x? Ou, simplesmente, de transição, mescla das definições anteriores? Autores consagrados na temática como Perry Anderson (2004) e Manuel Hespanha (1979) o definem claramente como feudal, pois expressariam relações de produção predominantemente feudais. Espécie de bastião da nobreza contra a perda de seus privilégios, o Estado do Antigo Regime se fundamentaria na lógica dos privilégios e mercês, que acabariam por se tornar um estorvo ao desenvolvimento das relações de produção capitalistas, quando estas se tornam dominantes. Mas nos séculos XV-XVI, garantem-nos os referidos autores, ainda se trata de um Estado dominado pela lógica de apropriação típica do feudalismo. Entretanto, enquanto Hespanha se dedica a estudar as especificidades do caso lusitano, em termos de organização jurídica e administrativa, Anderson não lhe dedica um capítulo sequer em seu estudo clássico ao lado das monarquias da Espanha, França, Inglaterra, Itália e Suécia^{xi}. Desde o século XIX, as reflexões acerca da modernidade excluem os ibéricos (Gruzinski, 2006).

A abordagem teleológica compara as sociedades a partir de um destino previamente traçado. O Ocidente consagrou ideologicamente as nações mais desenvolvidas do ponto de vista capitalista e uma via histórica de mão única, comandada pelas grandes potências econômicas e militares do século XIX. Mas o processo de hegemonia europeia é gradativo: implica numa exclusão radical da diferença ao mesmo tempo em que estabelece uma hierarquia de semelhanças no interior do próprio continente. Tal gradação é percebida nas melancólicas palavras do historiador lusitano:

Quem folhear um manual francês de História da Europa – mesmo um bom manual, redigido por um historiador internacional competente – facilmente se dará conta de que os assuntos realmente tratados respeitam, em noventa por cento das páginas, a duas ou três regiões centrais do Continente Europeu: a França acima de tudo, a Inglaterra (mas já não a Escócia), a Alemanha (Occidental), a Itália (de Roma para o Norte) (Marques, 1999, p. 40).

Assim, na partilha simbólica do mundo há os europeus, em que pese diferenças de “grau de civilização”; muçulmanos e judeus, que são inimigos, e os demais povos “descobertos” e transformados simplesmente em “gentio” ao modo bíblico. Os orientais eram passíveis de conversão – bárbaros ou praticantes muitas vezes de um cristianismo deformado, como diria, em carta, o rei D. Manuel: “o rei desta cidade se tem por cristão e assim a maior parte de seu povo, os quais mais com verdade se devem ter como hereges, vista a forma de sua cristandade, de que ao Santo Padre escrevemos” (in: Tavares, 2004, p. 72). Já os habitantes do Novo Mundo oscilaram no imaginário ocidental entre a inocência do paraíso e as demoníacas práticas de canibalismo (Arruda, 1998; Souza, 2001), verdadeiras ou supostas, sem contar a existência de sociedades sofisticadas, como a dos astecas, pólos da alteridade radical que provocaram controvérsias na corte espanhola.

A legitimidade da “Conquista” teve o respaldo de juristas como Francisco de Vitoria (1483 - 1512). Dominicano e professor da Universidade de Salamanca, Vitoria fez, em janeiro e junho de 1539, mais uma de suas *relecciones* (aulas públicas), nas quais abordara,

respectivamente, o direito dos bárbaros, as bases de sua sujeição, e as condições para uma “guerra justa” promovida por cristãos. Em 1550, um episódio crucial. O imperador Carlos V decide suspender todas as atividades de exploração na América, até que se decida sobre sua legitimidade, no célebre debate que irá confrontar, de um lado, Juan Ginés de Sepúlveda, e o bispo de Chiapas, Bartolomé de Las Casas (Courtine, 1998, p. 294). O direito natural irá sobrepor-se ao direito das gentes – traço fundamental da racionalidade jurídica moderna. A retórica cristã não será suficiente para arrefecer os interesses econômicos e a *mita* e a *encomienda*^{xii} serão as formais brutais de exploração que resultaram no extermínio das sociedades pré-colombianas. Mas todo o arcabouço jurídico criado para justificar a colonização e as alianças de sua monarquia tornou-se desnecessário quando o ouro e a prata escassearam, já que o estanho, outro minério abundante, não tinha valor comercial à época. Envolvida em vários confrontos e derrotada, da Era de Ouro Ibérica restará à Espanha apenas sua própria integridade territorial.

O modelo historiográfico tradicional imputa aos ibéricos o atraso, proveniente de um catolicismo atrasado, cruzadístico, que buscava a honra na espada, quadro típico do *Antigo Regime*. Assim, não teriam atingido uma centralização do poder que lhes permitisse romper com o feudalismo, senão tardiamente. Semearam pelo mundo um modelo de sociedade do qual não seriam os melhores exemplos. Os ibéricos continuaram medievais em plena modernidade, não experimentaram os novos ares da renascença, aferrados às ideias tomistas e discussões bizantinas. A força dos jesuítas e a extrema valorização da religião teriam impedido o debate, geralmente associado à heresia e perseguido ou desencorajado pela Inquisição. Como acentua Boxer (2002, p. 356), a figura do padre é cercada de grande prestígio e poder – das bênçãos ou excomunhão em vida à absolvição dos pecados na morte. Os ibéricos transpiram fé: “A importância da prata japonesa, das sedas chinesas, das especiarias indonésias, dos cavalos persas e da pimenta indiana na Ásia portuguesa não devia taldar o fato de que, tanto como Mamona, Deus era onipresente” (ibid., p.80).

O Santo Ofício português nasceu em 1536, a partir da Bula papal *Cum ad nihil magis*, de 23 de maio de 1536^{xiii}, que criou um tribunal nos moldes do que havia sido instituído na Espanha, em 1478, com o objetivo de perseguir hereges ou os desviantes religiosos, especialmente os cristãos-novos *judaizantes*, bem como aqueles que praticavam delitos morais. Além disso, a Inquisição portuguesa censurou livros, como a obra de Erasmo de Rotterdam, *Colóquios*, que se voltava para a instrução de meninos, cujas partes consideradas *perigosas* foram suprimidas no Portugal quinhentista.

Ao que tudo indica, a palavra que mais se aproxima das especificidades da história portuguesa da Época Moderna é o paradoxo. Se, por um lado, um excesso de catolicismo parece ter permeado aquela sociedade, por outro, ela não foi marcada pelas “trevas”, como sublinham vários autores. Um exemplo interessante é o contexto do século XVIII, quando, no reinado de D. João V, Lisboa viveu não apenas um momento de complexidade, mas também de efervescência, e que, ao mesmo tempo em que aconteciam protestos, espetáculos e paradas militares, eram realizados os autos de fé da Inquisição, convertendo-se num quadro em que práticas culturais e religiosas conviviam lado a lado. Meirelles (2008: 53-54) acentua que “a fé movia o povo em suas manifestações” e assinala o contexto descrito por Júlio Dantas, que se debruçou sobre Portugal na primeira metade do século XVIII: “havia muita religião, mas pouca educação; e o desprestígio criado à magistratura judiciária pelas demasias e violências de certos fidalgos contribuía para a indisciplina social crescente”.

Entretanto, entre 1708 e 1750 ocorreu um intenso incentivo régio às artes – houve um grande estímulo à construção de monumentos religiosos – e às inovações científicas.

Foi o momento da fundação da Academia Real de História, quando não apenas foram organizadas as Academias Militares, mas também “defenderam-se os Monumentos e as obras de arte, condenando-se os destruidores à pena dos falsificadores, protegeram-se e sugeriram-se as fundações de uma série de Academias Literárias” (Meirelles, 2008: 54), revelando um contexto de intenso dinamismo, ainda que marcado por uma atmosfera religiosa, uma vez que é possível perceber generosos traços de catolicismo permeando tais monumentos.

De qualquer maneira, mais tarde, no reinado de D. José I (1750-77), seu principal ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, e seus partidários, consideraram que o tribunal da Inquisição, juntamente com os jesuítas, era uma importante causa da “ignorância” e da “obscuridade” do reino luso, sendo, ambos, caracterizados como “predadores vorazes da glória de Portugal” (Franco, 2002: 220). É interessante notar que, já em 1746, uma violenta crítica contra os métodos de ensino português foi escrita por Luís Antônio Verney, cujo texto foi patrocinado pela Coroa e protegido da Inquisição, na Itália, e demonstrava que mudanças deveriam ser realizadas, o que foi efetivado durante o reinado de D. José I, a partir das reformas pombalinas, que, dentre outras medidas, reformaram a Universidade de Coimbra, em 1772, o que, para Pereira das Neves, demonstra o quanto as ideias ilustradas tinham atingido Portugal naquele momento.

Diferentes são as perspectivas historiográficas quanto ao Marquês de Pombal. Enquanto para alguns, ele não foi um ilustrado, ou um “déspota esclarecido”, uma vez que, como assinala Guilherme Pereira das Neves, agiu com extrema violência contrariando o espírito das Luzes, foi, por outros, considerado o responsável por mudanças fundamentais, que contribuíram para o avanço português em face das outras potências europeias. Entretanto, se, por um lado, Pombal procurou conter o poderio da Igreja, buscando secularizar a política e atribuindo a “ignorância”, a carência de Luzes e o despotismo aos inicianos e à Inquisição; por outro, o mesmo ministro criou mecanismos de controle, que censuravam livros e a imprensa, a exemplo da Real Mesa Censória, instituída em 1768, quando o ministro proibiu a fundação e publicação de jornais em Portugal, além de perseguir e executar membros de famílias importantes do cenário político do reino, a exemplo dos Távora.

Elaborado pelo Cardeal da Cunha, Arcebispo de Évora, durante o governo de Pombal, o *Regimento inquisitorial*^{xiv}, de 1774, deixou claro a opinião sobre os jesuítas e sua atuação, descrita como “bárbara” e responsável pelas “trevas” portuguesas:

Fazemos saber que, tendo-se feito manifesto por uma série de factos os mais incontestáveis, metódica e cronologicamente deduzidos na *Dedução Cronológica e Analítica* e no *Compêndio Histórico*, que fez a base da nova fundação da Universidade de Coimbra, que não houve estabelecimento útil nestes reinos, na ordem daqueles que os podiam fazer respeitáveis entre os outros da Europa, que a **pravidade jesuítica não deturpasse, aniquilasse e reduzisse aos miseráveis termos de os fazerem compatíveis com as máximas do seu despotismo e com o império da bárbara e cega ignorância que fizeram dominante nos mesmos reinos, até ao ponto de os fazerem descer desde aquele sublime esplendor e respeito que tinham adquirido nos reinados anteriores até ao último estrago e abatimento a que a mesma terrível sociedade os foi reduzindo** desde a sua entrada nos ditos reinos até à felicíssima época da sua expulsão; [...] Depois de introduzidos por modos **tão bárbaros e sacrílegos a ignorância e a superstição nestes reinos, fácil ficou sendo de persuadir aos povos sem luzes e sem livros**, reduzidas a *Motus Proprios* [...] (grifos nossos)

Tal aversão aos jesuítas resultou, em 1759, na sua expulsão de Portugal e de seus domínios, e o confisco de seus bens, uma vez que eram vistos como um poder que ameaçava a própria Coroa. Seja como for, ao que tudo indica, o ordenamento sociopolítico português do *Antigo Regime* apresentava características fundamentalmente religiosas e, até o fim do século XVIII, suas bases eram eminentemente católicas. Desse modo, “o poder, naquilo que tinha de mais essencial, apresentava uma fortíssima significação cristã” (Cardim, 200, p. 135). O contexto nos permite perceber que o ordenamento sociocultural também estava impregnado de valores cristãos, refletindo que nada era completamente desprovido de um sentido religioso. Desse modo, certamente a chamada *Ilustração católica*, ou *mediterrânica*, prevaleceu em Portugal e a Coroa utilizou a religião como um importante instrumento de controle e ordenamento da sociedade.

Na verdade, estas são as linhas gerais de uma perspectiva tradicional que ignora as especificidades da história ibérica. Trata-se de uma questão complexa. A abordagem de Morse (1988), por exemplo, considera a existência de duas vias distintas, a ibérica e a anglo-saxã. A nosso ver, mesmo a via ibérica possui, igualmente, características que diferenciam a trajetória de Portugal e Espanha.

2. NAVEGAR É PRECISO (E NECESSÁRIO)

Em sua busca pelas origens dos ciclos sistêmicos de acumulação, Arrighi (1996, p. 33) estabelece duas formas de governo: o territorialismo e capitalismo. Os exemplos são esclarecedores:

Os governantes territorialistas identificam o poder com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, concebendo a riqueza/o capital como um meio ou um subproduto da busca de expansão territorial. Os governantes capitalistas, ao contrário, identificam o poder com a extensão de seu controle sobre os recursos escasso e consideram as aquisições territoriais um meio e um subproduto da acumulação de capital.

O territorialismo explicaria, por exemplo, a dinâmica chinesa: sua dinâmica interna não a impulsionaria ao exterior, ao contrário de Portugal e Espanha. Pilares do catolicismo e difusores da racionalidade europeia, os ibéricos promoveram a modernidade na condição de coadjuvantes. “Intransigente, guerreira, audaciosa, dissipadora e apaixonada, a Ibéria jogou um papel crucial nos primórdios do mundo moderno, despedaçando-se para garantir a vitória do Ocidente” (Barboza Filho, 2000, p. 87)^{xv}. Conquistadores, comerciantes, trapaceiros, invasores e cristãos, as monarquias ibéricas retinham um passado que era incompatível aos novos tempos. “Prova” de seu atraso, o fato de não terem produzido uma grande filosofia ou se destacado nos grandes debates das ciências daquele tempo. O pensamento de Maquiavel não encontrou solo fértil na Península e nem vingaram as sementes do autoritarismo legitimador dos poderes reais absolutos, capaz de se desvencilhar da influência das cortes. A precocidade não se transformou em obstáculo apenas a portugueses e espanhóis, pois no que se refere ao plano econômico:

No caso da Itália, Alemanha e Holanda (e em medida menor na França) o notável é menos a data recuada, comparada com a Inglaterra, em que a produção capitalista fez seu aparecimento, do que a incapacidade do novo sistema em crescer além de sua adolescência promissora e precoce (Dobb, 1971, p. 200).

Assim, tanto na obra mais recente (Arrighi, op. cit.) ou no clássico acima (Dobb), a análise sobre a gênese do capitalismo concede aos ibéricos, no máximo, o papel de “incubadores” do novo sistema, pois o protagonismo caberia a outras unidades políticas, respectivamente às obras citadas, Gênova e Inglaterra. Mas se a Espanha parecia irresistível ao tempo dos Habsburgos – uma rica corte, rodeada de artistas como Cervantes e Velázquez – a Portugal resta apenas o pioneirismo das *Grandes Navegações*, entre ressentimentos e má fama. Eram tão “trapaceiros” e “brutais”, a ponto de ganharem péssima reputação entre os povos com quem se deparavam. Japoneses e chineses os tinham na condição de mendigos impertinentes – ou, no máximo, aliados ocasionais. Um manuscrito de 1511 relata a tomada de Malaca e a traição dos portugueses na visão de um malaio anônimo (Bouchon *et al*, 1990, pp. 256-258). Entretanto, foram úteis aos comerciantes chineses, que pressionaram o soberano Ming por sua permanência; e de tal modo introduziram armas de fogo no Japão a ponto de serem peças importantes à centralização do Estado nipônico. Vilões ou heróis? Depende do ponto de vista.

Os nomes ilustres da *Finisterra*, como Fernão Mendes Pinto, Luiz de Camões e João de Barros, entre outros, foram eclipsados pela expressão barroca e os influxos da Contra-Reforma, que se tornariam marca e estereótipo de sua cultura. Desde a batalha de Ourique está posto o atavismo que nos remete à cruzada de D. Sebastião (1578), tão funesta ao reino. O espírito das cruzadas, a guerra a *serviço de Deus*, constituiu-se no acicate de uma nobreza guerreira incapaz de apreciar as sutilezas do humanismo renascentista ou administrar suas conquistas. Ao se preocupar tão somente em explorar suas colônias, Portugal semeou seu “atraso” e conflitos de natureza identitária que, até hoje, alimentam, por exemplo, o imaginário brasileiro. A historiografia clássica respalda a concepção de “atraso” pela forma como analisa a organização das cidades, ou melhor, a desorganização, no caso português:

A fantasia com que em nossas cidades, comparadas às da América espanhola, se dispunham muitas vezes as ruas ou habitações é, sem dúvida, um reflexo de tais circunstâncias. Na própria Bahia, o maior centro urbano da colônia, um viajante do princípio do século XVIII notava que as casas se achavam dispostas segundo o capricho dos moradores. Tudo ali era irregular, de modo que a praça principal, onde se erguia o Palácio dos Vice-Reis, parecia estar só por acaso no seu lugar.

O autor da citação, Holanda (1995, p. 109), enumera, em seu clássico, as características que distinguem o modelo espanhol e o modelo português de urbanização. Este, “arranhando” timidamente o litoral enfiado em suas feitorias; aquele, erguendo cidades no interior e decidido a ficar, como se evidencia na fundação de universidades, desde 1538. Interessante ainda destacar o “desleixo” e o “abandono” que, segundo o autor, marcam as navegações lusitanas, não obstante, “o reconhecimento desse fato não constituir menoscabo à grandeza do esforço português” (ibid., p. 43). Aventura temperada mais pela prudência que pela coragem irrefletida – chega a ser surpreendente a comparação entre o “delirante arroubo” de Cristóvão Colombo e a prudência do “grande”^{xvi} Vasco da Gama. Entretanto, apoiado em bibliografia tradicional portuguesa, Raimundo Faoro (2001) destaca o caráter belicoso e patrimonialista que, desde os primeiros monarcas, já se pode observar na formação do Estado luso. O clássico nos leva a concluir que a “culpa” pelo excesso de burocracia no Brasil e sua natureza cartorial foi a transposição do modelo português, autoritário e patrimonial. Voltaremos a esse assunto mais adiante.

Até agora tem sido aqui enfatizada a abordagem tradicional, produzida sob a lógica do discurso da modernidade. Temos destacado que os navegantes que transportavam mercadorias, bíblias e doenças não foram apenas os precursores de uma partilha física do mundo como também simbólica. No século XVI a bula *Sublimis Deus*, do Papa Paulo III, reconhecia a humanidade do habitante do Novo Mundo – era um tempo em que a espada era legitimada pela fé; no XIX os canhões são embalados no discurso civilizatório e respaldados pelas ciências. Mesmo que se atente às recomendações de Darnton (2003) e não imputemos ao Iluminismo todas as desastrosas conseqüências de um processo histórico, não há como negar a partilha do mundo em zonas de influência e dominação. Muito menos que tal assimetria na relação entre os povos alimentou e ainda alimenta conflitos e preconceitos históricos. Paradoxalmente, as nações supostamente mais civilizadas e evoluídas foram responsáveis por lançar o mundo nas guerras absurdas do século XX.

A falência dos grandes modelos explicativos tornou insuficientes as abordagens tradicionais, não apenas por uma questão de aprofundamento ou desenvolvimento de pesquisas, mas porque o nosso tempo exige novas interpretações – muitas vezes para os mesmos fatos. A ênfase na identidade cedeu vez ao seu reverso, a alteridade, transformando o conceito de “cultura” no epicentro das ciências humanas. A voz do outro, daquele que não venceu, ficou à margem e fora dos relatos, das fotos, dos livros e jornais ou de forma mais ampla ainda, foi esquecido no processo histórico. Nesse sentido, a *história em migalhas*^{xvii} é a história de todos, não obstante o caráter depreciativo da expressão.

Na medida em que esse “outro” é observado atentamente rompem-se as generalizações apressadas, e muitas vezes descabidas, como as que caracterizaram historicamente o “orientalismo” (Said, 2007). A superação de um conhecimento baseado na colonialidade (Mignolo, 2003) é o fio de Ariadne para a desconstrução de antigos paradigmas e representações sociais depreciativas. De início nossa intenção era discutir a história lusitana, sua inserção na modernidade e como se configura a matriz das depreciações a brasileiros e portugueses que circulam, por exemplo, na Internet^{xviii}. Deparamo-nos na pesquisa com um contexto tão complexo e fascinante que chega a ser surpreendente a simplificação contida dos manuais de História. A tomada de Ceuta, apenas na superficialidade das grandes narrativas pode ser apresentada como o passo inicial da expansão marítima, realizada sob os auspícios de uma monarquia centralizada e apoiada numa burguesia mercantil.

3. ESTRATÉGIAS LUSITANAS: A CAMINHO DE CEUTA

Em 1415, quando os portugueses conquistaram Ceuta, no reino de Benamarim, a cidade moura encontrava-se em decadência e fazia parte dos domínios de Çala-ben-Çala. Projetava-se da serra da Ximeira para o Gibraltar, norte da África, localização estratégica que lhe permitia dominar o comércio mediterrâneo e intermediar as especiarias provenientes das caravanas que cruzavam o Saara. Na tentativa de empreender uma “história econômico-social dos continentes não europeus até a expansão européia”, o historiador Vitorino Magalhães Godinho (1957) nos apresenta o Marrocos. Um panorama exaustivo com mapas sobre o relevo, a hidrografia, gravuras e análises de cunho econômico, a obra, escrita há mais de cinquenta anos, descortina aos nossos olhos o Magrebe, região setentrional da África e faz menção a palácios, fábricas e bibliotecas de reinos descentralizados, entre os quais o Marrocos. A cidade de Ceuta não era um mero

porto que estimulou a cobiça lusitana por sua abundância em cereais como pretendia a tradição historiográfica portuguesa. A conquista da cidade, quer dizer, sua invasão e posse, foi um passo estratégico para a inserção de Portugal como porta-voz da cristandade e na manutenção de sua própria independência.

Após sua fundação, em 1143, a preservação do reino lusitano esteve por diversas vezes em risco. Tal característica da modernidade, o risco, materializava-se no cotidiano português pelo envolvimento constante em desafios. O poder de atração de seu poderoso vizinho, Castela, era irresistível, e, no período conhecido por Reconquista, agregaria aos seus domínios as regiões sob o poder dos mouros. Entrelaçados por uma história em comum, os países tão distintos que conhecemos na atualidade, Portugal e Espanha, não existiam àquela época. A árvore genealógica dos governantes é uma comprovação da estreita ligação entre os reinos. E mais, segundo Pedro Cardim (1998, p. 140), até o século XVIII, os lisboetas eram bilíngües e, somente a partir de então, seriam traçadas políticas de governo específicas para a manutenção de sua cultura; entretanto, o sentimento de identidade lusitana manifestara-se de forma precoce.

A morte de D. Fernando em 1383 precipitou nova ameaça ao reino. O soberano português não deixou herdeiro e, conforme seu testamento político, o trono seria ocupado por sua filha Beatriz, casada com o rei de Castela. O tratado de Salvaterras dos Magos estipulava um período regencial a cargo da rainha, D. Leonor, com a futura união entre os dois reinos. Parte da nobreza fundiária via com bons olhos a situação e, sob o comando da rainha viúva e seu amante, o conde de Ourém, entabularam-se típicas intrigas e conspirações palacianas para consagrar a união dos reinos. Parte da fidalguia se insubordinou, oferecendo apoio aos irmãos do falecido rei. O trono era pretendido por D. João, filho de D. Pedro I e D. Inês de Castro, que, por ser muito ligado à Castela, provocava suspeitas ao grupo. Outro pretendente era o Mestre de Avis, também João, que, incumbido pelos nobres Rui Pereira, Álvaro Pais e Nuno Álvares Pereira, tomou parte do assassinato do conde de Ourém e assumiu a regência em nome de seu meio-irmão. A historiografia tradicional do século XIX assim relata:

Morto o conde, mandou o Mestre fechar as portas do Paço, depois de despedir o Chanceller, e hum de seus pagens, que fossem bradando pela Cidade ao povo, que acodissem ao Mestre, que lá estava posto em perigo de vida. A isso tomou logo armas toda a Cidade: e D. Martinho o Arcebispo, cuidando de se salvar na torre da Sé, se pôs inconsideradamente a repicar apellido; mas o povo enfurecido quebrou as portas da torre, subio onde estava o Arcebispo, e o precipitou de lá abaixo; dando cruel morte áquelle Prelado, que não tinha mais culpa, do que ser Castelhana^{xix}.

Entre 1383 e 1385 o reino ficou dividido e estoura a guerra civil. A rainha, então regente oficial, tinha o apoio de parte da nobreza; D. Beatriz, herdeira oficial, contava com as ambições do seu marido, o soberano de Castela; já o Mestre de Avis dispunha, não apenas de fidalgos, mas também contava com o Terceiro Estado, a “arraia-miúda”, o povão. D. João estava ladeado por hábeis estrategistas militares e conselheiros astutos. Álvaro Pais o aconselha a confiscar as propriedades dos partidários da rainha e buscar recursos financeiros entre os religiosos. O Mestre de Avis negocia apoio entre os ingleses ao mesmo tempo em que seu chanceler, o jurista João das Regras, desenvolve os argumentos que legitimariam sua aclamação. Lisboa é cercada pelas tropas castelhanas. A região fora das muralhas é dominada com o beneplácito de nobres como D. Pedro e João Duque, entre outros que conspiravam contra o regente. A Resistência contou com a ajuda do condestável Nuno Álvares e a disseminação da peste entre os inimigos.

Em 1385, as Cortes de Coimbra declaram D. João I rei de Portugal e na batalha de Aljubarrota, em agosto, os castelhanos são derrotados. Espremido entre o mar e o reino de Castela, forças superiores às suas, o futuro de Portugal não parecia promissor, principalmente se levarmos em consideração o contexto descrito por Charles Boxer (2002). Desprovido de recursos econômicos, sem contar a peste (1348-9) e as perdas devido às guerras de 1383-1385, a vitória lusitana mais expressiva consistiu na manutenção de seu próprio reino (Santos, 1998, p. 147). E assim descritos: descendentes de uma “nobreza e uma fidalguia turbulentas e traiçoeiras; um clero ignorante e lasso; camponeses e pescadores trabalhadores mas imbecis; e uma ralé urbana de artífices e empregados diaristas” (Boxer, 2002, p. 17) – como é possível, então, que o Estado português tenha sido o pioneiro da modernidade?

A partir das narrativas dos cronistas, correspondências e documentações da época, temos descrições contraditórias e até surpreendentes. Mesmo que se refira a um período posterior, Laura de Mello e Souza afirma que a historiografia britânica não padece das antipatias mútuas que enredam a relação entre portugueses e brasileiros e assim poderia ter uma abordagem mais equilibrada do período da colonização (Souza, 2006). Mas a descrição de Boxer, acima, da extrema pobreza social lusitana, é completamente oposta ao quadro que nos oferece Ramos (2008), em obra recente, em que nos apresenta uma sociedade rica e diversificada. Os autos de Gil Vicente, fundador da dramaturgia portuguesa no século XVI, oferecem-nos muitos exemplos dos tipos que caracterizam a sociedade da época.

Pedro Cardim afirma não ter existido “Estado” ao tempo do Antigo Regime. O poder real coexistia com outras instâncias que atuavam de forma autônoma e mesmo conflitante. Não havia governo e burocracia no sentido contemporâneo do termo. Assim, se

[...] pela palavra ‘Estado’ designarmos uma instituição detentora do poder soberano, uma entidade nitidamente separada da sociedade (com a correspondente distinção entre esfera pública e esfera privada), uma entidade abstracta e acima da sociedade, que não conhece concorrente no quadro na política interna de um país [...] Então, o Estado, em Portugal, tem de ser encarado como uma criação Oitocentista, como uma invenção surgida nessa época marcada por tantas rupturas e por tantas novidades (Cardim, op. cit., p. 156).

Os argumentos encontram respaldo em Hespanha (2001):

[...] a vontade do rei estava sujeita a muitos limites. Ele tinha que obedecer às normas religiosas, porque era o “vigário” (o substituto) de Deus na Terra. Tinha que obedecer ao direito, porque este não era, como vimos, apenas o resultado da sua vontade. Tinha que obedecer as normas morais, porque os poderes que lhe tinham sido conferidos o tinham sido para que realizasse o bem comum. E, finalmente, tinha que se comportar como um pai dos seus súditos, tratando-os com amor e solicitude, como os pais tratam os filhos. (p. 129)

As discussões sobre as relações de poder entre metrópole e colônia põem em relevo a organização política e administrativa portuguesa. A complexidade da matéria vai além do mero exame de “fontes”, pois se desdobra em questões identitárias ao contrapor correntes historiográficas e nacionalidades. A historiografia lusitana tradicional – romântica, nacionalista ou “salazarista” – reforçou a idéia de centralização ao particularizar as ações, reduzi-las ao nível das iniciativas dos indivíduos. E assim, do ponto de vista do colonizador, as colônias mantinham uma relação de continuidade e submissão à metrópole ao sabor dos erros e acertos humanos – perspectiva positivista, portanto. Por outro lado,

encabeçando uma vertente que dá complexidade jurídico-administrativa ao Estado português, Hespanha declara textualmente não ter havido qualquer estratégia colonial (ibid., p. 131). O relacionamento autônomo entre a corte e as possessões ultramarinas caracteriza, na descrição do autor, uma monarquia composta. Mesmo na metrópole o poder era difuso e compartilhado.

Já a historiografia brasileira estaria vinculada “a um discurso narrativo e nacionalista” (ibid., p. 130), que destaca o caráter estrangeiro e genocida da colonização. Evidentemente o autor não se refere aos historiadores que, inspirados em suas obras, desenvolvem inúmeras pesquisas sobre administração colonial. O debate é acirrado e nos interessa por ser revelador de símbolos ligados ao imaginário e criação de representações sociais. Em relação ao que temos apresentado, devemos inserir as seguintes ponderações: 1) o Estado do Antigo Regime, em especial o lusitano, possui características próprias e não “insuficiências” derivadas de comparações ou análises teleológicas; 2) há diferenças significativas entre os reinados, não apenas em função das personalidades dos monarcas, como também e principalmente em função dos contextos. Hespanha (id.) admite, no início do texto que tem nos acompanhado neste parágrafo, que, ao contrário do que acontece em se tratando de História Antiga ou Medieval, o complicador da Época Moderna é o grande número de informações. Assim, a nosso ver, os recortes permitem múltiplas interpretações – e nada mais natural em se tratando de História. Mas, voltemos ao período que tem recebido destaque até agora.

A “Revolução de Avis” agregou os três estamentos da sociedade em torno de um príncipe bastardo para fazer frente a um poderoso vizinho e, assim, o sentimento de identidade lusitana se formava pela expectativa constante da guerra (Mattoso, 2001). As ideias de autonomia já animavam o condado portugalense ao tempo do jugo mouro, contrariando Castela, que se remetia a uma Hispânia dos tempos romanos e visigóticos – unida. Até hoje os espanhóis padecem de conflitos resultantes da forçada união em uma só bandeira de povos tão díspares como bascos e catalães. Aos lusitanos a constância de lutas internas e externas temperou-lhes a espada e a capacidade de negociação:

Em 1250-1251, Afonso III passou o Guadiana e apoderou-se de Aroche e Aracena, mais tarde restituídos a Castela. Em 1295–1297, Portugal juntou forças com Aragão, no conflito contra Castela, que lhe entregou a região entre os rios Côa e Águeda e rectificou a fronteira no Alentejo. No século XIV houve guerra contra Castela em 1336-1339, 1369-1371, 1372-1373, 1381-1382, 1383-1389 e 1396-1402. Houve, além disso, guerras civis em 1383-1385 (Marques, 1998, p. 13).

O ideal do cavaleiro medieval permanecia vivo entre os ibéricos e sob D. João I as cruzadas ganharam o mar. O fossado marítimo, a pirataria e o corso estimulavam a cobiça e o poder real. A honra e o proveito se fundamentavam na retórica cristã, de combate ao infiel mouro. A prática do saque em alto mar era comum entre os reinos não apenas envolvendo a carga de mercadorias, como também no seqüestro humano, em que se exigiam pesados resgates negociados pelos alfaqueques.

Ao contrário das navegações genovesas e venezianas, que tinham interesses mercantis definidos desde o século XIII, os lusitanos moveram-se inicialmente pela prática do fossado, no qual a estratégia de luta e a divisão do butim obedeciam às máximas da cavalaria. Mas as expedições tornaram-se organizadas e requeriam, ao contrário do que supõe o citado Cardim, planejamento e organização de Estado. A construção naval exigia investimentos e uma complexa divisão de trabalho baseada na experiência técnica que era capaz, segundo Ramos (op. cit.), de subverter as tradicionais diferenças sociais e mesmo

raciais – um escravo que dominasse a arte naval “podia ganhar a liberdade com trabalho árduo e sob a benesse de um mestre carpinteiro benevolente” (p. 80). As carreiras (rotas) possuíam características distintas e os lucros podiam ser tão fabulosos quanto os prejuízos. Os naufrágios, por exemplo, atingiam 18% das viagens ao Oriente (id. p. 66).

A guerra e a paz eram prerrogativas reais, mas a conquista de Ceuta demandou seis anos de negociação entre o monarca e seus conselheiros (Santos, 1998, p. 148). Tal fato alimenta as tradicionais interpretações sobre a cultura política portuguesa: 1. Debilidade dos reis lusitanos, incapazes de exercer o poder de forma absoluta; 2. Ausência de Estado no sentido usual do termo; 3. Imobilidade típica da administração lusitana. Aparentemente os tópicos desdobram-se de uma só matriz, mas não é necessariamente o caso, pois monarquia composta, ausência de Estado e incompetência administrativa não são perspectivas equivalentes. Sobre a crise do lado oriental do império, séculos depois ao que agora nos ocupa, Charles Boxer comenta (s/d, p. 20):

Um dos factores mais constantes foi o que os holandeses chamaram o *slofheid van den vijand* – a negligência crônica, a falta de cuidado e o excesso de confiança dos portugueses. Esta falha foi vigorosamente denunciada por muitos portugueses, de Diogo do Couto (1542-1616) a Fernão de Queiroz, S. J. (1617-1688). Associada a este típico descuido ou desleixo (para usar termos portugueses) havia uma tendência para adiar a tomada de decisões ou a sua execução. Francisco de Souza Coutinho, embaixador português em Haia, escrevendo a um colega em Paris no auge de uma das crises periódicas com os holandeses (4 de Março de 1649), observava mordazmente que, em Portugal, demorava dois meses para preparar algo que em qualquer outro país seria feito em duas horas.

Ainda segundo Boxer o rei atuava pressionado pelos conselhos de Estado e seu poder absoluto era apenas nominal^{xx}. Interessante observar que o imobilismo como sinônimo de atraso também foi imputado ao império chinês, geralmente em análises precipitadas ou superficiais. Talvez seja possível mudar o foco da interpretação e enxergar flexibilidade onde se vê letargia. Assim, tal flexibilidade permitiu a gestão de regiões tão distintas e complexas quanto Angola, Goa, Macau ou mesmo o Brasil. O Terceiro Estado era ouvido desde as Cortes de Leiria, no recuado ano de 1254, e faz parte das estratégias que mobilizavam três instâncias vitais: finanças, parlamento e guerra. Com exceção dos arquipélagos da Madeira e dos Açores, a preocupação com o povoamento não foi predominante na política inicial de expansão marítima. Portugal foi se ajustando aos contextos de acordo com suas vicissitudes. E, na atualidade, como vimos, a relativização da eficácia do mando tem promovido estudos sobre as especificidades das colônias, destacando-se a atuação das elites locais e a formação de poderosas sombras, para nos apropriarmos mais uma vez da bela metáfora de Laura de Mello (Souza, 2006).

A tomada de Ceuta é ilustrativa e dificilmente sugere a imagem de um reino imóvel – curiosamente a mesma imagem utilizada para desvalorizar o império chinês, tal como veremos adiante. Com o tratado de Ayllón, em 1411, a paz ficou estabelecida entre os contendores ibéricos. O acordo, além de pôr fim temporariamente ao conflito, visava cicatrizar as feridas internas, pois previa a restituição aos nobres de suas propriedades confiscadas no conflito inaugural da nova dinastia. Sem dispor de nomes reconhecidos no direito internacional, como Vitória ou Suárez, o processo que alimentou a vocação mercantil e guerreira dos portugueses também os educou na arte da negociação diplomática. Os tratados de Medina del Campo (1431), Alcáçovas-Toledo (1479) e Tordesilhas (1494) são capítulos intermediários da turbulenta relação com Castela e balizadores de suas pretensões marítimas.

Assim, as estratégias lusitanas foram forjadas no litígio constante, nas ameaças ao reino, em contextos tão diferentes quanto as guerras no norte da África, a Restauração, em 1640, ou a transmigração da família real para o Brasil, em 1808. A flexibilidade e a intransigência caminharam ao sabor de vitórias e derrotas, fornecedores de parâmetros para mensurar as possibilidades. A barca ia ao inferno e ao céu, parafraseando o título da obra vicentina (Vicente, 2005), de acordo com os passageiros. E para não ficar enigmático o fecho deste parágrafo, deixemos claro: nossa tese situa as estratégias no nível de cultura política sem entrar no mérito das polêmicas sobre a centralização ou não da governança. Enquanto a habilidade estratégica permeia as instituições sociais lusitanas ao longo do tempo, a centralização ou não do governo é um dado conjuntural. Ainda que a ligação entre o simbólico/cultural e o político seja evidente, não podemos considerar a expansão e a colonização como produtos de uma barca que se move aos caprichos do acaso. A necessidade de ajustamento aos contextos, bem como as próprias limitações de recursos do reino, tornaram a flexibilidade indispensável e, nesse sentido, a centralidade não era viável à monarquia composta lusitana.

Voltemos a Ceuta. Selada a paz temporária, Portugal haveria de optar entre Granada ou uma incursão mais ousada em território mouro. O trabalho de Reconquista não terminara e o “infiel” ainda dominava um pedaço de solo europeu; por outro lado, o espírito da cavalaria exigia novos desafios em nome da cristandade. Os nobres, encabeçados pelos filhos do rei, já adultos, desejavam provar seu valor como combatentes. D. João I propôs a realização de um torneio no qual seus filhos, Duarte, Pedro e Henrique seriam armados cavaleiros. A reação não foi boa, pois a conquista de honra em festejos poderia ser apropriada a cidadãos comuns e mercadores, mas não a filhos de um rei. Assim registra a situação o memorialismo do século XIX:

Pareceria a primeira vista que seria fácil satisfazer-lhes bem depressa os ímpetos guerreiros em uma época tão bellicosa, que Honoré Bonet, prior de Salons de Gran, bem retratou no seu livro *Arvore de Batalhas*, todavia assim não era. A posição geographica de Portugal obstava a que houvesse disputas com outros vizinhos além dos de Gastella; com estes equilibrara-se afinal a situação das duas nações antagonistas após as negociações por vezes interrompidas, bem violentamente, desde as treguas de 15 de Maio de 1393 até ao tratado de Ayllon, de 31 de outubro de 1411. Não convinha de modo algum quebrar a paz que tanto trabalho dera a conseguir (Alves, 1894, p. 22).

Insistir em Granada seria uma afronta não só ao reino de Castela como à cristandade em geral. E o apoio do papado era imprescindível não apenas por uma questão espiritual, mas também financeira. A partir de 1320, sob João XXII, os reinos católicos podiam contar com eventuais transferências de dízimos para o combate aos muçulmanos. Não por acaso esta data marca a reestruturação da marinha lusitana (Marques, op. cit. p. 20). A **guerra justa** contra os mouros deveria ser promovida em todos os lugares e Portugal se apresentava nesse contexto como o paladino cristão. Granada era um assunto fora da alçada portuguesa, não obstante as ofertas de auxílio feitas por D. João I aos castelhanos. Mas dominar Ceuta significava isolar os granadinos de sua fonte de comércio e assim executar um serviço relevante ao Ocidente.

Não obstante seu litoral e propalada vocação oceânica, Portugal era uma monarquia agrária. Somente a força do messianismo tão arraigado entre os lusos para enviar camponeses ao mar, presença atestada pelos enjões da tripulação descritos por Zurara. Os preparativos para o ataque a Ceuta foram mantidos sob sigilo quanto aos seus objetivos, o que, de imediato, provocou incertezas aos demais reinos europeus. Uma manobra,

portanto, estratégica – que contou com a “espionagem” do prior da Ordem do Hospital, dirigindo-se a Sicília com o intuito de observar de passagem as posições do inimigo. Navios de diferentes reinos foram alugados e armas adquiridas à Inglaterra, criando uma disparidade de forças que tornou rápida a conquista. Em Lagos, o franciscano João Xira foi incumbido de informar aos tripulantes os objetivos da missão, assim como lhe infundir ânimo e lhes garantir salvação ao lado do Senhor.

Conquistada a cidade, D. João tomou uma providência imediata. Transformou a maior mesquita da cidade em catedral ali ele próprio sagrou seus filhos cavaleiros. Estava consumado o rito que demandaria tanta preparação. Isso feito, havia decisões a tomar. Após ter resolvido que seria mais conveniente preservar a cidade que destruí-la, pensou o rei num plano para sua ocupação [...] Estava posta a pedra fundamental que viria a ser o Império colonial e marítimo português. (Lima, 1998, p. 28).

Os objetivos da conquista de Ceuta provocaram uma polêmica historiográfica interminável. Braga (1998) arrola um grande número de posições, desde o anônimo do *Livro dos Arautos*, passando por Antônio Sérgio, Jaime Cortesão a Vitorino Godinho, Filipe Thomaz e Oliveira Marques, entre outros menos conhecidos no Brasil. Todos os componentes – o espírito de cruzadas, os rituais da cavalaria, os mercadores, os súditos interessados em mercês, o sigilo, o ouro do Sudão, o Preste João e a Índia, o controle de Gibraltar e as rotas comerciais, cristãos e muçulmanos, ou quem sabe tudo isso e algo mais, a complexidade justifica tantas posições, menos provavelmente a que nega a existência de um Estado, em que pese a polêmica sobre a sua natureza.

Por outro lado, como supor a inexistência de Estado num reino em que do preço do pão às roupas convenientes aos súditos havia controle? Sem mencionar a complexidade das carreiras (rotas) marítimas que demandavam grande planejamento face aos seus custos elevados e interesses envolvidos. A preservação da cidade – e não a sua destruição como chegou a ser cogitado – bem como a instituição de governança são indicações de projetos mais ambiciosos para o futuro que meras incursões punitivas do século anterior.

Ao se aliviar das pressões internas de sua nobreza armada associadas aos interesses econômicos da burguesia mercantil, D. João I conquistou prestígio externo e fôlego para novas expedições. Entre conquistas e descobertas, o caminho da expansão do reino limitado por terra foi o mar; seus heróis se tornaram mitos, como o infante D. Henrique, que deu nome ao período (henriquino). O império multifacetado e gigantesco não se formaria tão clara e rapidamente, a partir de um futuro já desenhado. Vitórias e derrotas se alternariam com frequência ao longo dos séculos vindouros. Ceuta teria que ser defendida, pois de Fez e Granada viriam ataques às suas posições ao mesmo tempo em que novas opções surgiam com a descoberta dos arquipélagos no Atlântico, Açores e Madeira. A documentação de estilo epistolar indica a inserção do cálculo de benefícios entre as opções possíveis. Assim é que as contradições se tornam evidentes na corte após a vitória: vale permanecer na África? E a que preço? Aqui é possível destacar outro elemento pioneiro das estratégias lusitanas, como se pode concluir das palavras de Ramada Curto:

Os mesmos argumentos anti-imperiais voltarão a surgir mais tarde [em relação aos Quatrocentos de Portugal], noutros contextos, quando os humanistas espanhóis Vázquez de Menchaca, Domingo de Soto e Diego de Covarrubias, nos finais do século XVI, considerarem que a legitimidade de um império, tal como a de qualquer Estado, deverá ser avaliado pelos benefícios que traz a todos o que se encontram envolvidos. (Curto, 1997, p. 437)

O autor nos mostra como o cálculo se contrapõe aos ideais de grandeza típicos da cavalaria e indica fissuras entre os interesses da corte. As sutilezas das correspondências não permitem, porém, distinções apressadas, já que para o autor da citação “esta oposição entre humanismo cortesão e o espírito cavaleiresco terá de ser matizada, pois dificilmente poderá ser equiparada ao contraste entre o que é moderno e o que é tradicional” (id.). Ou seja, mais uma vez a advertência de que os ibéricos não teriam sido modernos suficientemente.

Alencastro (1998, p. 193) utiliza a expressão *expansão preemptiva*, ou seja, a política de ocupação territorial lusitana no início de sua expansão ultramarina. E tal política explica a obsessão pelas Canárias, que se traduz na tentativa de dominar a rota atlântica a qualquer custo. Historicamente, os descobrimentos e ocupações reforçaram as finanças da Coroa até então baseadas somente na sisa^{xxi}. Com a multiplicação de postos e honrarias, os laços de interesse e fidelidade ao rei também cresceram e seu papel se torna o de distribuidor das riquezas. A economia das mercês é o capital que permitirá a manutenção do império ao longo dos séculos (Oliveira, 2001). Peregrinos, missionários, fidalgos-mercadores e mercadores-fidalgos, reinóis e mestiços, todos iguais na cobiça; sua atividade comercial e religiosa produzirá cartas, correspondências, tratados, obras de exaltação ao reino: representações sobre um mundo em transformação, afirmações de identidade, comunicações essenciais aos interesses do reino. Nesse sentido, os lusitanos são os olhos da Europa e a manifestação inicial de seu poder espiritual, econômico e militar. Portugal foi a barca que abriu aos europeus o céu e o inferno – e, mais uma vez, utilizamos a metáfora de Gil Vicente.

Aos poucos o comércio se impôs ao saque, a monarquia agrária se fez império oceânico e transformou em fetiche deuses que não fossem os seus (Latour, 2002). Aprimorou as técnicas de navegação ao substituir, por exemplo, o barinel pela caravela; disputou palmo a palmo o comércio e as conquistas e se tornou potência da época; para se manter livre, escravizou e matou, sempre justificadamente; e assim aprendeu a crescer dentro dos limites de seus fracassos (Thomaz, 1994). Os portugueses não foram tão pioneiros quanto os genoveses em termos de navegação; não experimentaram o renascimento ou criaram grandes sistemas filosóficos. De forma mais contundente, seus críticos enxergam desorganização em seu reino e ausência de beleza em suas monarquias.

Mas como o passado é o campo da interpretação, podemos dizer, ao contrário e como pretendia Adam Smith, que os portugueses realizaram “os dois maiores e mais importantes acontecimentos de que se tem registro na história da humanidade”^{xxii}. No mínimo os portugueses ampliaram a cartografia do mundo e disseminaram, de forma pioneira, o que hoje se chama ocidentalidade – e aqui estamos nós brasileiros enredados até hoje em descobrir quem somos! O rei D. Manuel era o *Senhor da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia*. Um pomposo título que, se não correspondia às exatas dimensões do império, servia para mostrar às demais monarquias com quem estavam lidando. E assim os versos de Camões proclamavam as façanhas/patranhas lusitanas: “memórias gloriosas daqueles reis que foram dilatando a Fé e o Império, e as terras viciosas de África e de Ásia andaram devastando...”^{xxiii}.

Face à complexidade das políticas lusitanas podemos questionar o princípio consagrado e aqui também invocado, segundo o qual os portugueses se lançaram aos mares em função da ameaça constante de Castela e que a centralização “precoce” de seu Estado decorreria também desta poderosa sombra. O olhar mais atento é capaz de perceber sintonia de interesses em certas ocasiões, como os tratados que significaram a partilha do mundo entre os ibéricos, acima nomeados, ou o estabelecimento de um centro financeiro de uso comum em Antuérpia, no início do século XVI. A simplificação decorre

de modelos que negligenciam a complexidade da História nos pontos em que a versão teleológica é ameaçada.

As análises de base comparativa geralmente conduzem a perguntas do tipo: Por que ibéricos foram ultrapassados por franceses e ingleses? Mesmo que se aceite a *via ibérica* como parâmetro de distinção entre Anglo-América e a Ibero-América (Morse, 1988, p. 88) ou ainda a premissa de uma *história conectada* (Subrahmanyam, 2006, p. 242) em que as diferenças são faces da mesma moeda (o mundo), ainda assim, as particularidades nos permitem observar as diferenças, tão essenciais à compreensão dos fenômenos sociais. Como já vimos, há diferenças entre os ibéricos, a questão fundamental não é essa. As sociedades não possuem objetivos pré-determinados a serem alcançados, embora não se possa negar o fascínio exercido pelos “vencedores” – por sociedades que se transformam em padrão às demais e têm poder para reescrever a História ao seu modo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história lusitana é fascinante, ainda mais se levarmos em conta as questões identitárias que suscitam a nós brasileiros. Por nossa ligação estreita a ela por quase quatrocentos anos de colonização é, no mínimo, estranho estudá-la tão pouco. A análise da relação traumática entre portugueses e brasileiros é um tabu que tem sido remexido em pesquisas recentes, como nos indica Laura de Mello e Souza (Souza, 2006). Tais pesquisas podem ajudar a compreender um pouco mais de nossos problemas identitários, ancorados num imaginário tão antigo quanto imperceptível. E os resultados não deveriam ficar restritos aos especialistas da Academia, como também circular entre as produções midiáticas e escolas, tal como se pretende na atualidade com a cultura africana, inserida, por lei, nos currículos. Mas temos consciência de que depreciações ou exaltações não derivam de simples escolhas teóricas. Os currículos expressam as intenções políticas da sociedade quanto ao que deve ou não aprender seus cidadãos. Se a modernidade foi o tempo da exclusão em nome de ideologias (hiper-representações) de supremacia de diferentes matizes, a pós-modernidade (ou outro conceito afim) se apresenta como o tempo da inclusão – de incorporação do outro, da diferença, daquele que supostamente deixa de ser por esta via atrasado. O trabalho de desconstrução moderna indica um tempo novo. E seria muito bom, se fosse tão simples.

Referências Bibliográficas:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *A Economia Política dos Descobrimentos* In: Novaes, Adauto (org.). *A Descoberta do Homem e do Mundo*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. São Paulo: Unesp, 1996.

ARRUDA, Angela. *Representando a Alteridade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

ASSUNÇÃO, Paulo de; FRANCO, José Eduardo. *As Metamorfoses de um Polvo*. Religião e Política nos Regimentos da Inquisição Portuguesa (Sécs. XVI – XIX). Lisboa: Prefácio, 2004.

BARBOZA Filho, Rubem. *Tradição e Artificio: iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte: UFMG/IUPERJ, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. *Europa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BOXER, Charles R. *A Índia Portuguesa em Meados do Séc. XVII*. Lisboa: Edições 70, 1982. s/d.

_____. *O Império Marítimo Português*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

BRAGA, Paulo Drumond. A Expansão no Norte da África. In: Oliveira, A. H. Marques. *Nova História Portuguesa*. A Expansão Quatrocentista. Lisboa: Editorial Estampa, Vol. II, 1998.

CARDIM, Pedro. Centralização Política e Estado na Recente Historiografia sobre o Portugal do Antigo Regime. In: *Revista Nação e Defesa*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 1998.

_____. Religião e Ordem Social. Em torno dos fundamentos católicos do sistema político do Antigo Regime. In: *Revista de História das Idéias*. Instituto de História Económica e Social. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2001.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CURTO, Diogo Ramada. A Literatura e o Império: entre o espírito cavaleiroso, as trocas da corte e o humanismo cívico. In: Bithencourt, Francisco & Chaudhuri, Kirti. *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo dos Leitores. Vol. 1, 1997.

DARNTON, Robert. *Os Dentes Falsos de George Washington*. Um guia não convencional para o século XVIII. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

DOMINGUES, José Maurício. *Do Ocidente à Modernidade. Intelectuais e mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ELLIOT, John H. *Espanha en Europa*. Estudios de historia comparada. Espanha: Universitat de Valencia, 2002.

FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 3ª edição, 2001.

FRANCO, José Eduardo. *Jesuítas e Inquisição, cumplicidades e confrontações: em Portugal, no Brasil e no Oriente (Sécs. XVI-XVII)*. In: *Relações Luso-Brasileiras. Convergência Lusíada*, nº 19. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2002.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *História Econômica e Social da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Terra Editora, 1957.

GRUZINSKI, Serge. *Mundialización, Globalización Y Mestizajes en la Monarquía Católica*. In: Chartier, Roger & Ferros, Antonio (dir.). *Europa. America y el Mundo. Tiempos Históricos*. Madrid: Marcial Pons, 2006.

HESPANHA, Antônio Manuel (1979). *O Estado Absoluto. Problemas de Interpretação Histórica*. Coimbra, disponível em <http://www.hespanha.net/papers/1978_o-estado-absoluto.pdf>. Acesso em: 14 de março de 2007.

História de Portugal, composta em inglez por huma Sociedade de Literatos, traslada em vulgar com as addicções da versão franceza, e notas do traductor portuguez, Antonio de Moraes Silva, Natural do Rio de Janeiro. Tomo I. Lisboa: Na Impressão Regia. Anno 1828

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JENKINS, Keith. *A História Repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Colônia de povoamento e colônia de exploração*. Reflexões e questionamentos sobre um mito. In: ABREU, Martha; GONTIJO, Rebeca; SOIHET, Rachel. *Cultura política e leituras do passado. Historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; FAPERJ, 2007.

KARNAL, Leandro. *Estados Unidos – A Formação da Nação*. São Paulo: Contexto, 2003.

LAVILLE, Christian. *A Guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História*, São Paulo, *Revista Brasileira de História*, n. 38, pp. 125-138, 1999.

LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

_____. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fé(i)tiches*. São Paulo: Edusc, 2002.

LIMA, Francisco Ferreira de. *O Outro Livro das Maravilhas. A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

MEIRELLES, Juliana Gesueli. *Imprensa e poder na corte joanina. A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

MENZIES, Gavin. *1421: o ano em que a China descobriu o mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MIGNOLO, Walter. *Histórias Locais, Projetos Globais. Colonialidade, Pensamento Liminar e Saberes Subalternos*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero. Cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais. Investigações em Psicologia Social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Ed. Estar, 2001.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

OLIVEIRA, A. H. Marques. *Nova História Portuguesa. A Expansão Quatrocentista*. Lisboa: Editorial Estampa, Vol. II, 1998.

_____. *D. Afonso Henriques: Rei Portucalense ou Rei Português*. In: TENGARRINHA, José. *A Historiografia Portuguesa Hoje*. São Paulo: Hucitec, 1999.

PINTO, Luiz Fernando da Silva. *Sagres, a revolução estratégica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. 2ª edição.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

REIS, José Carlos. *História e Teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

SANTOS, João Marinho dos. *A Expansão pela Espada e pela Cruz*. In: Novaes, Adauto (org.). *A Descoberta do Homem e do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHMITT, Jean-Claude. *A história dos marginais*. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, 1992.

SOUZA, Laura de Mello. *Inferno Atlântico*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *O Sol e a Sombra. Política e Administração na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Sobre Comparaciones y Conexiones: notas sobre el estudio de los imperios ibéricos de ultramar, 1490-1640*. In: Chartier, Roger & Ferros, Antonio (dir.). *Europa. America y el Mundo. Tiempos Historicos*. Madrid: Marcial Pons, 2006.

TAVARES, Célia da Silva. *Jesuítas e Inquisição em Goa*. Lisboa: Roma Editora, 2004.

THOMAZ, Luis Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

ⁱ De 20/08 a 14/09/08 fizemos diariamente a consulta. Os números oscilam: o menor em 05/09, 970.000. Em 20/08, primeiro dia de consulta, passou de um milhão. O mesmo procedimento de ilustração por consulta na Internet foi utilizado por Bauman (2004).

ⁱⁱ JUNQUEIRA, Mary Anne. *Colônia de povoamento e colônia de exploração*. Reflexões e questionamentos sobre um mito. In: ABREU, Martha; GONTIJO, Rebeca; SOIHET, Rachel. *Cultura política e leituras do passado*. Historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; FAPERJ, 2007, pp. 173-174.

ⁱⁱⁱ Cf. artigo publicado em *O Globo*, Rio de Janeiro, 30.11.2006. Segundo o autor, “O mito edênico de Palmares e a difamação da Abolição são produtos de uma usina de narrativas históricas que funciona à sombra do poder público e conta com generosos financiamentos internacionais”.

^{iv} Os debates sobre a identidade nacional se referem a representações criadas nos grandes centros de dominação política e econômica que estão longe de serem homogêneas num país como o Brasil.

^v Ramos (2008) afirma com bons argumentos que a Escola de Sagres nunca existiu.

^{vi} Em *O Sol e a Sombra*, Laura de Mello Souza discute no capítulo 1 a delicada questão dos ressentimentos contra a metrópole (Souza, 2006).

^{vii} Os negritos são nossos e servem para ilustrar o que é recorrente no texto em geral: expressões negativas.

^{viii} Segundo Elliot, em 1500 a Europa conta com cerca de quinhentos estados independentes, que serão afunilados para menos de 30 até 1900; *ibid.*, p. 66.

^{ix} ELLIOTT, J., *ibid.*, p. 79. Princípio de equivalência característico das monarquias compostas. A monarquia **agregada** abre mão da soberania e goza de liberdade econômica e administrativa.

^x No Brasil, entre as décadas de 1970 e 80, o debate em torno da **transição** e **modos de produção** foi apresentado em duas coletâneas: SANTIAGO, Theo Araújo (org.). *Capitalismo Transição*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1975; LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1980.

^{xi} O autor realizou um estudo sobre o “caso” português no qual define o **ultracolonialismo** que caracteriza a política ultramarina – “a modalidade simultaneamente mais extrema e mais primitiva de colonialismo.” Vide Anderson, 1966, p. 55.

^{xii} Modalidades de trabalho compulsório de ameríndios.

^{xiii} É importante mencionar o estudo de Maria José P. F. Tavares, para quem a Inquisição moderna em Portugal, da forma desejada por D. João III, isto é, sem as interferências do núncio e com as testemunhas *caladas*, foi definitivamente estabelecida apenas em 16 de julho de 1547, com a bula *Meditatio cordis*. TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. *Judaísmo e Inquisição*. Estudos. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 138.

^{xiv} Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal – 1774. In: ASSUNÇÃO, Paulo de; FRANCO, José Eduardo. *As Metamorfozes de um Polvo*. Religião e Política nos Regimentos da Inquisição Portuguesa (Sécs. XVI – XIX). Lisboa: Prefácio, 2004, pp. 426-427.

^{xv} Neste trecho o autor apresenta a análise de Braudel sobre a “emergência ibérica” (p. 87). Ainda sobre o conceito de Arrighi, parece-nos haver certo simplismo na análise do caso chinês. Dizer que a China não tinha pretensões territoriais é ignorar grande parte da história antiga do império celeste.

^{xvi} Expressões do autor, *ibid.*, p. 110.

^{xvii} Sobre a expressão, a análise de Reis (2005), principalmente o capítulo 2, p. 73.

^{xviii} O próximo passo numa pesquisa em representações sociais seria a realização de uma abordagem empírica sobre a questão.

^{xix} No original: “História de Portugal, composta em inglez por huma Sociedade de Literatos, traslada em vulgar com as addições da versão franceza, e notas do traductor portuguez, Antonio de Moraes Silva, Natural do Rio de Janeiro. Tomo I. Lisboa: Na Impressão Regia. Anno 1828”, p. 345.

^{xx} Novamente podemos contrapor ao historiador inglês a pesquisa recente de Ramos (op. cit.). A conclusão a que chegamos, após a leitura de seu capítulo em que trata da construção naval, é surpreendente, embora familiar a nós brasileiros: as possibilidades imensas de lucros estimularam a corrupção e o “jeitinho”. A Coroa transformou em fonte de renda a venda de cargos, que, antes, eram prerrogativa de técnicos. A história é, como assinalou Jenkins (2001), interpretação.

^{xxi} Imposto sobre bens imóveis.

^{xxii} In: BOXER (2002, p. 15).

^{xxiii} Os Lusíadas, Camões, primeira estrofe.